



1911-2020

A Ordem por princípio

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA

Estado de Minas Gerais

ados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; São João Batista do Glória, 13 de Abril de 2020. **Marília Magdala de Araújo Nascimento** – Advogada. **Passou-se para a votação do Requerimento n.º 09/2020.** O **vereador Rafael** apresentou o voto favorável sob a justificativa de que faz política para o bem comum do povo gloriense. O **vereador Diego** votou contra. O **vereador Marlos**, preocupado com o teto salarial e considerando o momento atual, apresentou voto contrário ao requerimento em questão. Este **Secretário** e o **Vice-Presidente** reprovaram. O **vereador Eder** declarou não ser um ato amparado em lei. Disse que, caso a população assim desejar, o legislativo poderá apresentar projeto de lei dispendo sobre a redução dos subsídios dos agentes políticos para o próximo mandato. Em seguida, apresentou seu voto contrário ao requerimento em epígrafe. Ato contínuo, esclareceu que os *edís* serão os primeiros a prestar auxílio à população, independentemente se houver papel ou não. Por derradeiro, destacou ser o momento de agir pensando na população, não em politicagem. O **vereador Iveraldo** ressaltou que não precisaria de crise para apresentar um requerimento como esse. Disse não ser o momento de atuar com politicagem. Desse modo, apresentou sem voto contrário. O **vereador Luiz** votou favorável ao requerimento em tela. Saliou que está procedendo conforme o seu coração. Aproveitou a oportunidade para declarar que a redução dos subsídios deveria ser em 50% para a próxima legislatura. O **Presidente** afirmou que o vereador Luiz tinha o poder para fazer o alegado, mas não o fez. **Colocado em sua única votação, o Requerimento n.º 09/2020 foi reprovado por 06 votos contra 02.** Nada mais havendo a ser tratado, o **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou os nobres *edís* para a próxima Sessão Ordinária a ser realizada no dia 20 (vinte) de abril de 2020, segunda-feira, às 19h. Eu, _____, 1.º Secretário, **Weider Junior Rodrigues**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação.

Ata da 134.ª (centésima trigésima quarta) Sessão Ordinária, na 4.ª (quarta) Sessão Legislativa da 18.ª (décima oitava) Legislatura da Câmara Municipal de São João Batista do Glória-MG. A sessão teve início às 19h (dezenove horas) do dia 20 (vinte) de abril de 2020, sob a presidência do vereador Danilo José Soares Marques. O Presidente da Casa solicitou a este Secretário a chamada nominal dos vereadores, tendo comparecido os seguintes *edís*: **Adriano de Souza, Danilo José Soares Marques, Diego José dos Santos, Eder Aparecido de Paula Garcia, Iveraldo Vicente da Silva, Luiz Antônio Garcia, Marlos Henrique de Paula, Rafael Francisco de Souza e Weider Junior Rodrigues.** Verificado o número

legal de presenças, "sob a proteção de Deus e em nome do povo gloriense", o **Presidente** declarou aberta a sessão e, em seguida, colocou a ata da sessão anterior em discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade. O **Presidente** solicitou a este **Secretário** a leitura do expediente do dia, que constou o seguinte. **Expedientes oriundos do Chefe do Poder Executivo:** **1)** Ofício GAB n.º 83/2020 remetendo a Lei n.º 1.564/2020 que "Dispõe sobre a concessão de contribuição financeira para a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos/MG e dá outras providências". **2)** Ofício GAB n.º 84/2020 encaminhando para apreciação e votação o Projeto de Lei n.º 12/2020 que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências". **3)** Ofício GAB n.º 86/2020 encaminhando resposta em atenção ao Ofício n.º 069/2020, que encaminhou os Requerimentos n.ºs 04, 05, 06 e 07/2020. **4)** Ofício GAB n.º 87/2020 encaminhando resposta em atenção ao Ofício n.º 071/2020, advindo desta Casa Legislativa, referente ao Projeto de Lei n.º 13/2020 que "Dispõe sobre regime de sobreaviso no âmbito de SAAE". **5)** Ofício GAB n.º 88/2020 encaminhando resposta em atenção ao Ofício n.º 070/2020, que encaminhou o Requerimento n.º 08/2020. **Expedientes oriundos diversos:** Requerimento cidadão, Joel Israel Garcia, requerendo que a Câmara busque juntamente com o Executivo informações referentes a Diretora do Hospital Municipal Dona Chiquita. **Expedientes apresentados pelos vereadores:** **1)** Indicação n.º 01/2020, do Vereador Weider Junior Rodrigues, sugerindo a implantação de câmeras na Usina de Reciclagem neste município. **2)** Requerimento n.º 10/2020, de autoria do Vereador Weider Junior Rodrigues, requerendo sejam afixadas placas em locais públicos de maior aglomeração, bem como na zonal rural referentes a Lei n.º 1546/2019, que "Estabelece multa para maus-tratos a animais e sanções administrativas no âmbito do Município de São João Batista do Glória e dá outras providências". **3)** Projeto de Resolução n.º 13, de 17 de abril de 2020, que "Dispõe sobre a transmissão das reuniões da Câmara Municipal de São João Batista do Glória/MG e dá outras providências". Dando continuidade, o **Presidente** declarou aberto o **Grande Expediente** e usaram a palavra os seguintes vereadores. O **vereador Luiz**, primeiro orador inscrito, emitiu que gostaria de saber por que o projeto de resolução dispendo sobre a antecipação das sobras, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o custeio de cestas básicas a famílias carecedoras de recursos não consta na pauta. Em seguida, pronunciou sobre o Projeto de Lei Complementar n.º 02/2020, que dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei Complementar n.º 72/2018 (Plano Diretor), o qual entrou em leitura na sessão ordinária passada. Declarou que o projeto em questão traz alguns dispositivos os quais necessitam de um estudo apurado dos vereadores, dentre eles, um que versa sobre loteamento em duas escrituras e outro que permite que a área verde seja criada em localidade que não faça parte do loteamento. Disse que a audiência pública para a discussão da proposta de alteração do Plano Diretor deveria contar com a presença da população a fim de que ela possa opinar. Logo após, afirmou que recebeu várias reclamações de consumidores sobre o exorbitante valor da tarifa de água e esgoto. Alegou que, apesar de um decreto do Executivo Municipal conceder prazo de 90

(noventa) dias para o pagamento da mencionada tarifa, este prazo vence. Recomendou seja revista a forma de cobrança dos talões de água. Emitiu que, conforme recomendação do Ministério Público, o reajuste não foi implementado, no entanto o SAAE está cobrando altos valores. Ato contínuo, anunciou que, na última segunda-feira, foi ao gabinete da Prefeita Municipal e pediu encarecidamente seja instalada a rede de esgoto nas três residências localizadas no Bairro João Limírio II. Informou que, quinta-feira passada, o SAAE realizou a vistoria do local e, na sexta-feira pregressa, houve uma reunião na prefeitura com os moradores da localidade em comento e, na ocasião, foi definido que obra supramencionada será efetivada. Por esse motivo, apresentou seus agradecimentos à Prefeita Municipal. Acrescentou que foi concluído um projeto para viabilizar a distribuição de energia elétrica na região relatada. Em continuidade, passou a discorrer sobre o Projeto de Lei n.º 13/2020, que institui o regime de sobreaviso no SAAE, projeto este que foi retirado de apreciação na sessão ordinária passada, uma vez que faltava a documentação relacionada ao impacto orçamentário. Apontou que o projeto em tela não consta na pauta. Questionou qual o motivo de a empresa de contabilidade, que é contratada pelo SAAE, não fornecer o impacto orçamentário. Lamentou que a apreciação do projeto seja adiada, mais uma vez. Em prosseguimento, solicitou ao Secretário que proceda a leitura do requerimento do cidadão Joel Israel Garcia, a saber: *Eu, Joel Israel Garcia, residente na rua São Luiz nº 150, centro, nesta cidade, RG n.º MG-5.507.503, venho através deste pedir que a Câmara Municipal, como órgão fiscalizador, apure o seguinte: Se a Diretora do Hospital Cristiane é sobrinha por afinidade do senhor vereador Rafael Francisco de Souza tendo em vista que a Esposa do senhor Rafael é tia da Cristiane, e como a Lei do Nepotismo é clara, onde diz que só secretário e cargos equivalentes não se encaixam como nepotismo. Contudo gostaria que os vereadores verificassem o mais rápido possível se está ou não havendo nepotismo cruzado. Gostaria também que fosse verificado se ela tem especialização para assumir o cargo, se é que existe essa exigência. Para finalizar peço também cópia da Lei que rege o cargo da mesma. Nesses termos, pede-se deferimento. São João Batista do Glória, 17 de abril de 2020. Joel Israel Garcia.* O **vereador Luiz** declarou que o requerimento recitado será apurado pelo legislativo. Em seguida, apresentou indicação verbal a fim de que seja solicitada ao Executivo Municipal a instalação de cabines nas máquinas do Município. Argumentou que as cabines protegeriam os operadores. Requereu o apoio de todos os *edís*. Ato contínuo, afirmou ser considerado compra de votos o fato de o candidato ofertar cestas básicas em ano eleitoral. Por esse motivo, recomendou que seja consultada com os órgãos responsáveis (Ministério Público e Tribunal Eleitoral) a possibilidade de os candidatos ajudarem o próximo, visto que o planeta está passando pela situação excepcional de pandemia do Coronavírus. Alegou que há muitas famílias passando por dificuldades, e que o benefício concedido pelo Governo Federal não é o suficiente para provê-las. Este **Secretário**, segundo orador inscrito, afirmou que, na sessão passada, no papel de relator da Comissão de Finanças e Orçamento, solicitou vista ao Projeto de Lei n.º 13/2020. Argumentou ser imperioso que as comissões façam as análises corretas dos projetos. Esclareceu que entrou em

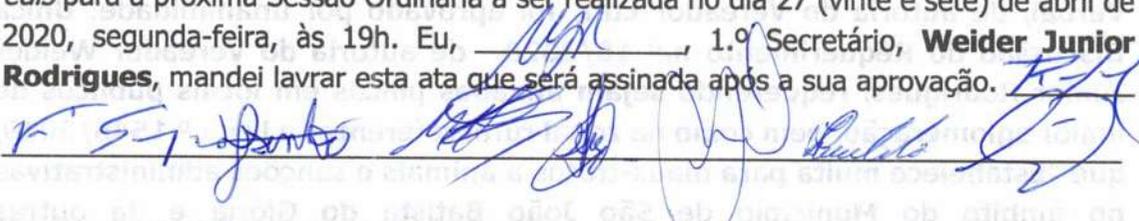
contato com o Executivo e SAAE para que as documentações pertinentes fossem acrescentadas ao projeto mencionado, e obteve a resposta de que o prestador de serviços de contabilidade estaria de férias forçadas. Desta feita, pronunciou que aguardará o envio do documento de impacto orçamentário para que o projeto em tela seja apreciado. Ato contínuo, anunciou que apresentou uma indicação ao Executivo Municipal solicitando a instalação de mais câmeras de segurança na Usina de Triagem e Compostagem de Lixo. Salientou que o local é escuro e que muitas pessoas se aproveitam da situação para abandonar animais. Em seguida, declarou que apresentou o Requerimento n.º 10/2020 a fim de que sejam afixadas placas informativas sobre a Lei Ordinária n.º 1546/219 que "Estabelece multa para maus-tratos a animais e sanções administrativas no âmbito do Município de São João Batista do Glória e dá outras providências". Emitiu que está sendo recorrente o abandono de animais neste município. Logo após, destacou a importância da reunião que houve, na presente data, entre o Executivo, Legislativo, COMTUR, representantes de alguns empreendimentos, Diretor Clínico da Santa Casa de Misericórdia de Passos, o Senhor José Ronaldo e a médica infectologista. Divulgou que a citada médica deixou bem claro o dimensionamento do Covid-19. Ressaltou que a situação é de calamidade pública, portanto, todo cuidado é pouco. Afirmou que a reunião foi marcada a pedido do Presidente desta Casa Legislativa. Em continuidade, parabenizou o Deputado Estadual Cássio Soares que, por seu intermédio com o Senador Antônio Anastasia, destinou R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) – valor que já se encontra depositado na conta da Santa Casa de Misericórdia de Passos – para atender Passos e toda a região na situação de pandemia. Agradeceu ao aludido deputado, pois ele sempre buscou esforços para ajudar este Município. O **vereador Eder**, em aparte, pronunciou ser o momento de os parlamentares aparecerem e mostrarem que preocupam com a população, sem politicagem. Ressaltou que eles devem destinar ao povo o que pertence a este. Alegou que todos já pagam alta carga tributária, e que é hora de receberem o retorno. Sobre a reunião que houve no dia corrente, mencionada por este Secretário, afirmou que foram passados os dados aos vereadores e foi indicado o melhor caminho a seguir diante da pandemia. Disse que, pela tarde, acompanharam transmissão ao vivo proporcionada pela Vanessa Cassoli e o SEBRAE. Afirmou que os dados não são favoráveis, e que a situação exige atuação intensa dos poderes. Emitiu que a economia e a saúde são objeto de preocupação de todos. Destacou que o Executivo Municipal está estudando um meio de aquecer a economia local. Por fim, exprimiu aguardar uma resposta positiva da administração para tranquilizar a população e os comerciantes. O **vereador Iveraldo**, em aparte, reforçando a fala deste Secretário, no tocante à Usina de Triagem e Compostagem de Lixo, declarou ser um local que demanda uma maior vigilância. Recomendou que, além das câmeras de segurança, seja contratado um vigia. Acrescentou que os servidores da mencionada usina necessitam de um maior suporte. Desse modo, apresentou indicação verbal solicitando ao executivo medidas para proporcionar a estes servidores melhores condições de trabalho. Requereu que na sua indicação seja pretendido a designação de um profissional para visitar, periodicamente, a usina e buscar saber das necessidades

dos servidores locais. Ressaltou ser um trabalho muito difícil, e que eles merecem ter uma boa condição para desenvolverem seus ofícios. O **vereador Rafael**, em aparte, no que diz respeito ao requerimento do cidadão Joel Israel Garcia, afirmou ser de conhecimento de todos os vereadores da competência e responsabilidade da Senhorita Cristiane. Afirmou que não vislumbra a situação como nepotismo, pois não tem a responsabilidade de nomear a Senhorita Cristiane (sua sobrinha). Sobre a reunião, ocorrida no dia corrente, com o Executivo Municipal. Informou que foram debatidas questões referentes ao último decreto. Argumentou que o mencionado decreto causou preocupações quanto a algumas questões, dentre elas, sobre contratações, indicações e compras. Afirmou que poderão contratar sem a necessidade de um processo seletivo durante o período de pandemia e que, de igual forma, estão autorizados a procederem compras sem licitação. Por essa razão, requereu ao legislativo a constituição de uma comissão destinada a fiscalizar os atos do Executivo enquanto o aludido decreto perdurar. Em prosseguimento, este **Secretário** concordou com o manifestado pelo vereador Iveraldo, e o parabenizou pela indicação e por seu aniversário. O **vereador Marlos**, último orador inscrito, informou que durante a reunião que houve com o Executivo Municipal, na presente data, o diretor da Santa Casa, o médico José Ronaldo, explanou sobre o cenário da região frente à pandemia. Afirmou que ele disse que a região na qual São João Batista do Glória faz parte está tranquila, devido às precauções tomadas pelos governos municipais. Apontou que, graças às medidas tomadas pelos Municípios, a pandemia está controlada na região. Salientou que o último decreto editado pelo Executivo, comparado com os anteriores, apenas acrescentou a obrigatoriedade do uso de máscaras e decretou estado de calamidade pública. Emitiu que o comércio está abrindo aos poucos e está tomando as devidas precauções para evitar o contágio do Covid-19. Expôs que o Senhor José Ronaldo deixou bem claro não ser o momento de flexibilizar as medidas. Manifestou compreender os dois lados da moeda, mas ressaltou que a pandemia é um problema sério e de repercussão mundial. Exprimiu que países, como os Estados Unidos, Espanha e Itália vêm sofrendo intensamente com a pandemia do Coronavírus, no entanto, destacou o Brasil está melhor, comparado a esses países. Falou que o Poder Executivo está preocupado com os comerciantes locais. Apontou que o Legislativo e Executivo estão estudando medidas para que a pandemia não prejudique os microempreendedores. Declarou que, pela tarde, acompanhou uma videoconferência do SEBRAE, a qual apresentou várias alternativas para evitar que a pandemia atinja drasticamente os comerciantes. Apontou que o município já está atravessando por uma situação complicada. Contudo, afirmou que as medidas não podem ser abrandadas, por enquanto. Alegou que a atenção deve ser dada tanto para a economia quanto para a segurança e saúde da população gloriense. Por fim, deixou seus parabéns ao vereador Iveraldo pelo seu aniversário. O **vereador Iveraldo**, em aparte, informou que, no dia anterior esteve na Comunidade Capetinga e pôde conferir a situação das estradas. Assim sendo, apresentou uma indicação verbal tencionando que a administração realize a manutenção dessas estradas. O **vereador Luiz** esclareceu que visitou a mencionada comunidade, na data corrente,

e presenciou que algumas delas estavam passando por manutenção. Desse modo, o **vereador Iveraldo** requereu que a manutenção seja prestada nas demais estradas da Comunidade Capetinga. Em seguida, perguntou ao **vereador Luiz** se a manutenção foi feita no Condomínio Nogueira, e este respondeu que ela foi realizada em somente alguns pontos. À vista disso, o **vereador Iveraldo** apresentou uma indicação verbal solicitando ao executivo a manutenção das estradas da Comunidade Capetinga, considerando o trecho final do Condomínio Nogueira. Sem mais oradores inscritos, o **Presidente** iniciou seu pronunciamento. Emitiu estar feliz em desenvolver o projeto da transmissão ao vivo das sessões legislativas. Agradeceu a todos os cidadãos que estão acompanhando as sessões em suas residências, em especial a Anselmo, da Comunidade Capetinga. Destacou que o alcance das transmissões tem sido muito significativo e, complementou dizendo que, com o decorrer do tempo, o número de acesso tenderá a aumentar. Aproveitou o ensejo para declarar que o Projeto de Resolução n.º 13/2020, que está em leitura, visa a regularizar as transmissões das sessões por, pelo menos, enquanto perdurar a pandemia. No tocante ao Projeto de Lei n.º 13/2020, que institui o regime de sobreaviso no SAAE, informou que, apesar de este Secretário solicitar em tempo hábil os documentos necessários, estes não foram encaminhados ao Legislativo. Esclareceu que o funcionário responsável pela elaboração do impacto orçamentário do mencionado projeto não está trabalhando. Todavia, argumentou que o documento poderia ser providenciado pelo funcionário por intermédio de acesso remoto ou por outra forma. Alegou que a apreciação do projeto é necessária, precipuamente diante do cenário de pandemia. Falou que, ao que tudo indica, o funcionário está de férias forçadas, porque ele faz parte de uma empresa que presta serviços a vários municípios. Lamentou o fato de o executivo não dar atenção necessária ao projeto em questão. Alegou que o abastecimento de água do município poderia ser prejudicado, caso ocorresse um problema e não houvesse servidor de plantão para prestar assistência. Em seguida, destacou que as barreiras têm sido fundamentais. Contudo, pontuou que elas precisam de alinhamento a fim de que residentes glorienses não sejam impedidos de ingressar neste município, como vem ocorrendo. Logo após, informou que foi sancionado o Projeto de Lei n.º 14/2020, que dispõe sobre a concessão de contribuição financeira para a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos/MG. Acrescentou, conforme o pronunciado por Este Secretário, que o Deputado Estadual Cássio Soares e o Senador Antônio Anastasia realizaram o repasse de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) à Santa Casa de Misericórdia de Passos. Alegou que o montante ajudará, mas nunca será o suficiente. Argumentou que os repasses do SUS são muito pequenos. Disse que o Governo do Estado possui dívida com a Santa Casa. Afirmou que este Município está atuando para que o gloriense tenha o melhor atendimento possível na Santa Casa. Salientou que, aos poucos, o Município vai driblando a pandemia. Sobre as emendas que o Plano Diretor vem sofrendo, emitiu que, na época, estudou bastante o projeto, mas talvez não tenha sido o suficiente. Alegou que adaptações são sempre necessárias. No que se refere ao Projeto de Lei Complementar n.º 02/2020, que dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei Complementar n.º 72/2018 (Plano Diretor) informou que ele não

cita áreas, e sim glebas que poderão formar um único loteamento. Sugeriu que a audiência pública para tratar sobre o projeto em comento seja por meio de transmissão ao vivo nas redes sociais, uma vez que os cidadãos poderão participar escrevendo seus comentários, o quais serão lidos e discutido pelos *edís*. Ato contínuo, anunciou que haverá audiência pública para tratar sobre as propostas de alteração do Plano Diretor, dia 27 (vinte e sete) de abril de 2020, às 18h20. Comunicou que a população poderá acompanhar a sua transmissão ao vivo no Facebook. Esclareceu que a mencionada audiência será divulgada da melhor forma possível. Logo após, declarou que a reunião que os *edís* tiveram com o executivo, representantes da Santa Casa de Misericórdia de Passos, funcionários alocados nas barreiras sanitárias, servidores da Vigilância Epidemiológica e Secretaria de Saúde deste município foi marcada mediante sua solicitação e a pedido dos vereadores. Emitiu que o Diretor Técnico da Santa Casa, José Ronaldo, apresentou consideráveis informações como, por exemplo, que a Santa Casa está preparada para receber os eventuais pacientes infectados pelo Covid-19 e está adaptando os leitos; que o Hospital Otto Krakauer será transformado em hospital de campanha etc. Destacou que o Legislativo está acompanhando todas as ações concernentes à pandemia a fim de que a população gloriense tenha a melhor assistência possível. Em seguida, alertou que se as pessoas passarem a sair às ruas para realizarem atividades não essenciais, a pandemia tenderá a evoluir muito rápido. Por este motivo, aconselhou aos glorienses que saiam de suas casas somente para trabalharem e realizarem compras indispensáveis. O grande expediente foi encerrado e passou-se para a apreciação da **Ordem do Dia: Discussão do Requerimento Verbal, de autoria do vereador Luiz Antônio Garcia, solicitando ao Executivo Municipal a instalação de cabines nas máquinas do Município.** O **Presidente** esclareceu que o pedido do vereador Luiz tem o propósito de que a administração providencie uma estrutura de proteção para as máquinas. Este **Secretário** ressaltou ser mais do que justo fornecer proteção aos motoristas, precipuamente contra raios solares e chuvas. Afirmou ser um requerimento louvável e manifestou sua posição favorável a ele. O **vereador Eder** salientou ser muito importante disponibilizar as cabines aos motoristas. O **vereador Diego** falou ser um requerimento importante, e sugeriu sejam instalados ares-condicionados dentro das cabines. O **vereador Luiz** destacou a importância dos servidores que atuam com os maquinários. Enfatizou que os motoristas necessitam da proteção. Requereu apoio de seus pares para a aprovação de seu requerimento a fim de que ele seja encaminhado ao executivo. **Colocado em votação, o Requerimento Verbal, de autoria do Vereador Luiz, foi aprovado por unanimidade. Única Discussão do Requerimento n.º 10/2020, de autoria do Vereador Weider Junior Rodrigues, requerendo sejam afixadas placas em locais públicos de maior aglomeração, bem como na zonal rural referentes a Lei n.º 1546/2019, que "Estabelece multa para maus-tratos a animais e sanções administrativas no âmbito do Município de São João Batista do Glória e dá outras providências".** Este **Secretário**, salientou ser uma lei importante que visa ao combate de maus-tratos aos animais de várias espécies. Afirmou possuir o propósito de que sejam afixadas placas informativas em locais estratégicos. Expôs que as placas seriam úteis, pois constrangeriam as pessoas a não abandonarem ou realizarem outros tipos de maus-

tratos a seus animais. O **vereador Luiz** afirmou que os animais devem ser protegidos. Disse que as placas serão importantes para que as pessoas se conscientizem sobre o dever de cuidado e proteção dos animais. O **vereador Eder** sugeriu seja acrescentado nas placas o fornecimento do número de telefone para as denúncias. Este **Secretário** respondeu que na justificativa do requerimento em tela consta essa reivindicação. **Colocado em sua única votação, o Requerimento n.º 10/2020, de autoria do vereador Weider Junior Rodrigues, foi aprovado por unanimidade.** O **vereador Luiz**, no que tange à Indicação Verbal do vereador Iveraldo sobre a Usina de Triagem e Compostagem de Lixo, enunciou que os servidores da Usina necessitam de atenção. Alegou que o trabalho realizado por eles é penoso. Aproveitou o ensejo para que na indicação seja acrescido o pedido de uma bomba de pressão para facilitar a higienização do local. Disse que o espaço utilizado para as refeições não é apropriado. Assim, requereu que o refeitório passe por uma reforma. Informou que perto da esteira há área onde ocorre acúmulo de água, propiciando a formação de poça com odor desagradável. Em conclusão, requereu sejam acrescidos à Indicação Verbal do vereador Iveraldo os pedidos de uma bomba d'água pressão, da reforma do refeitório e de solução do problema relacionado ao piso que forma poça de água, localizado próximo às esteiras transportadoras de triagem e separação de resíduos sólidos. Argumentou que essas solicitações foram apresentadas à Secretaria de Infraestrutura, anteriormente, no entanto nenhuma medida foi tomada. Este **Secretário** recomendou a junção das indicações verbais dos vereadores Iveraldo e Luiz afim de que sejam enviadas ao executivo em somente um ofício. O **vereador Iveraldo** pronunciou que os servidores lotados na Usina de Triagem e Compostagem de Lixo merecem mais atenção. Solicitou que o Legislativo atue no sentido de buscar meios para que o local forneça melhores condições de trabalho. Em seguida, convidou seus pares para irem e conhecerem o trabalho dos servidores da mencionada usina e verificarem o quanto é penoso. O **Presidente**, sobre as barreiras, declarou que entrou em contato com os responsáveis na administração municipal para que o pessoal deste município não volte a ser barrado. Complementou dizendo que oficializará o executivo sobre a questão. Antes de encerrar a sessão, o **Presidente** anunciou que, dia 27 (vinte e sete) de abril de 2020, antes da sessão, haverá uma audiência pública a respeito da emenda do Plano Diretor. Nada mais havendo a ser tratado, o **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou os nobres *edís* para a próxima Sessão Ordinária a ser realizada no dia 27 (vinte e sete) de abril de 2020, segunda-feira, às 19h. Eu, _____, 1.º Secretário, **Weider Junior Rodrigues**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação.



Ata da 135.^a (centésima trigésima quinta) Sessão Ordinária, na 4.^a (quarta) Sessão Legislativa da 18.^a (décima oitava) Legislatura da Câmara Municipal